



Tomás de Aquino: filosofia e pedagogia

Jean Lauand

Departamento de Filosofia da Educação e Ciência da Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Av. da Universidade, 308, 05508-040, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: jeanlaua@usp.br

RESUMO. O artigo discute a conexão ente filosofia e educação em Tomás de Aquino. Em sua antropologia filosófica, destacam-se três aspectos de grande atualidade para a educação hoje: a valorização da matéria no ser do homem, a primazia da virtude da prudência entre as virtudes cardeais e a *philosophia negativa* (e *theologia negativa*). A intrínseca união entre espírito e matéria, *anima forma corporis* tem também importantes consequências pedagógicas, tanto para a educação intelectual quanto para a moral. E está na base de seu *De prudentia*, que pressupõe também sua perspectiva negativa.

Palavras-chave: Tomás de Aquino, educação, antropologia, espírito e matéria, filosofia negativa, prudência.

Thomas Aquinas: philosophy and pedagogy

ABSTRACT. This article discusses the connection between philosophy and education in Thomas Aquinas. In his Philosophical Anthropology there are three aspects very important for education today: the affirmation of matter as an essential in human being, the primacy of prudentia over the cardinal virtues and his *philosophia negativa* (and *theologia negativa*). The intrinsic union spirit-matter, *anima forma corporis* has important pedagogical consequences, both in intellectual and in moral education. And it is the basis for his *Treatise On Prudence*, which presupposes his negative perspective too.

Keywords: Aquinas, education, anthropology, spirit and matter, negative philosophy, prudence.

Introdução

Tomás de Aquino (1224/5-1274) é, sem dúvida, o mais importante pensador medieval. Sua filosofia – indissociável da teologia, em sua época – tem importantes projeções pedagógicas, também para o educador de hoje, para além do interesse meramente histórico. Neste estudo, destacaremos três aspectos, de especial atualidade, do pensamento tomasiano: a valorização do mundo material; a afirmação da primazia da virtude da *prudencia*; e sua perspectiva ‘negativa’ em filosofia.

A vida de Tomás de Aquino está centrada no século XIII. Desde o século anterior – um século de renascimento cultural, após um longo período de aridez intelectual – já se estabeleciam as condições que possibilitariam as profundas inovações trazidas pelo pensamento do Aquinate.

De fato, com a queda do Império Romano no Ocidente (consumada em 476) e consequente instalação de reinos bárbaros no espaço geográfico da extinta Roma, a primeira Idade Média encontrava-se em condições precárias de cultura e educação. O esplendor da cultura clássica foi substituído pela ‘idade das trevas’: tribos bárbaras, não só analfabetas, mas (até há pouco) ágrafas, são a nova realidade dominante na Europa.

Do ponto de vista cultural e pedagógico, alguns autores, como Josef Pieper, preferem estabelecer o ano 529 como marco inicial da Idade Média. Nesse ano, ocorrem dois fatos emblemáticos: o imperador Justiniano (o Império Romano no Oriente permanecerá até 1453) fecha a Academia de Atenas: já não haverá lugar para a cultura pagã. E São Bento funda o mosteiro de Monte Cassino: não por acaso, os primeiros séculos medievais são, na História da Educação, chamados de ‘Idade Beneditina’.

Os mosteiros beneditinos serão, em meio à desolação cultural da primeira Idade Média, o refúgio onde se alojará e conservará o pouco conhecimento que restou do fim da Antiguidade. Graças a educadores como Boécio e Cassiodoro.

Boécio, o ‘último romano’, um dos mais importantes nomes da história da educação, foi encarregado pelo rei Teodorico de organizar a cultura no reino ostrogodo. Conhecedor profundo da ciência e da filosofia grega, Boécio empreende um projeto pedagógico realista: uma cultura de resumos. Ele sabe que o esplendor da cultura grega e romana desapareceu e que a nova realidade são os ostrogodos, incapazes de ascenderem às alturas do mundo clássico. E empreende, na corte do rei, uma pedagogia de traduções e conteúdos mínimos: a

imponente geometria de Euclides, a aritmética, a astronomia... são reduzidas a livrinhos elementares e sumariíssimos. Embora suas ambições para a filosofia fossem muito maiores, sua trágica morte (em 525, quatro anos antes do aparecimento da ordem beneditina) deixou o Ocidente sem traduções de Platão e com muito pouco de Aristóteles.

Boécio, uma inteligência superior, tinha talento para muito mais do que para resumos e traduções, mas, como grande educador, optou pela tarefa exigida por sua época: o trabalho obscuro e pouco original de elaboração de sementes secas, que pudessem um dia, em futuro longínquo, germinar, florescer e frutificar.

Cassiodoro, também um culto romano, colega de Boécio na corte de Teodorico, percebeu que não havia condições de cultivo do saber na tumultuada corte do reino bárbaro e, em 555, funda o mosteiro de Vivarium, marco importante na história da educação. Curiosamente, os bárbaros, em geral, respeitavam o espaço sagrado do mosteiro e Vivarium torna-se um paradigma para a Europa: a partir de então, o mosteiro será não só um lugar de oração, mas também de cultura: de estudo e cópia de livros e de ensino elementar.

Nos séculos XII e XIII, ocorrem mudanças significativas: intensifica-se a urbanização e muda também o centro de gravidade da educação: das escolas monásticas para as escolas catedrais e as nascentes universidades. Surgem as ordens mendicantes, os dominicanos (à qual Tomás se filiará) e os franciscanos; renascem as ciências e redescobre-se Aristóteles (inicialmente por meio de traduções do árabe na Espanha reconquistada) etc.

Se na primeira Idade Média, o pensamento estivera praticamente limitado aos livros de *Sentenças*, compilação de pensamentos dos santos padres, e à preservação com pouco desenvolvimento daquela ‘cultura de resumos’, legada por Boécio, Cassiodoro ou Isidoro de Sevilha; agora, com o renascimento cultural do séc. XII, já podem ser elaboradas as *Sumas*, grandiosas sínteses pessoais, como a *Suma Teológica* de Tomás.

Nesse ambiente de efervescência intelectual é que se desenvolve, contra a corrente, o pensamento de Tomás, um dos primeiros membros da ordem dominicana e um dos primeiros grandes professores da Universidade de Paris, ambas fundadas em 1215.

Os três pontos do pensamento de Tomás que aqui destacaremos, por seu interesse pedagógico, estão, na verdade, interligados: em torno do conceito central de Criação. ‘Porque’ o mundo é criação, o corpo e a matéria, são essenciais ao ser que Deus deu ao homem. Tomás assume

corajosamente o ser corporal do homem em todas as suas dimensões, que incluem, evidentemente, o conhecimento, a aprendizagem e a educação. Por ser criado, por ter recebido esse ser corpóreo, acentua-se o caráter ‘negativo’ da filosofia e da teologia: nosso conhecimento (e nossa linguagem) não consegue abarcar Deus nem as coisas, que foram ‘criadas’ pelo *Logos*, a Inteligência divina. Assim, se a realidade é mistério para o homem, suas decisões de ação, que ainda por cima estão inseridas na concretude do ‘aqui e agora’, não podem ser diretamente guiadas por certezas abstratas, mas pela virtude pessoal do discernimento da decisão certa: a *prudentia*.

O homem como intrínseca união espírito-matéria

No centro da filosofia da educação de Tomás, encontra-se a tese fundamental de sua antropologia: *anima forma corporis*, a profunda unidade, no homem, entre espírito e matéria: a alma é forma substancial, em intrínseca união com a matéria.

Essa tese, originariamente aristotélica, não era, como se sabe, bem vista nos meios teológicos da época: era considerada perigosa para um cristianismo que não valorizava a matéria e o corpo; a doutrina teológica dominante pretendia uma concepção demasiadamente espiritualista do homem: o homem possuiria três almas e ‘a alma’ verdadeiramente importante seria a espiritual (e não as duas corpóreas: sensitiva e vegetativa) e a condição carnal era considerada antes um estorvo para a elevação do espírito.

Contra essas antropologias ‘angelistas’, Tomás - corajosa e decididamente - afirma o homem total, com a ‘intrínseca’ união espírito-matéria, pois a alma é ‘forma’: co-princípio ordenado para a ‘intrínseca’ união com a matéria. Quando Tomás diz: “É evidente que o homem não é só a alma, mas um composto de alma e de corpo” (TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theol.* I, 75, 4)¹ esse ‘é evidente’, na verdade, refere-se à verdade das coisas e não às opiniões teológicas de seu tempo...

Esse ‘materialismo’ de Tomás está presente informando todo seu pensamento, por exemplo: quando discute o jejum excessivo nas questões de *Quodlibet*, dirá que o jejum é sem dúvida pecado (*absque dubio peccat*) quando debilita a natureza a ponto de impedir as ações devidas: que o pregador pregue, que o professor ensine, que o cantor cante..., que o marido tenha potência sexual para atender sua esposa! Aquele que assim se abstém de comer ou de dormir, oferece a Deus um holocausto que é fruto

¹Todas as citações do Aquinate procedem do texto latino da edição eletrônica das obras completas de Tomás de Aquino de Buse (1992).

de um roubo (TOMÁS DE AQUINO, *Quodl.* 5, q. 9, a. 2, c)².

Tomás aceita tão completamente o corpo como integrante essencial da realidade do ser humano, que esta união se projeta até na operação espiritual que é o conhecimento intelectual: “A alma necessita do corpo para conseguir o seu fim, na medida em que é pelo corpo que adquire a perfeição no conhecimento e na virtude” (TOMÁS DE , *Contra Gentiles* 3, 144).

E contra aquela tradição teológica que afirmava a iluminação imediata da inteligência humana por Deus (para o Aquinate Deus nos deu sua luz, dando-nos o intelecto), Tomás afirma que só podemos chegar às idéias mais abstratas e às considerações mais espirituais a partir da realidade sensível, material, concreta:

O intelecto humano, que está acoplado ao corpo, tem por objeto próprio a natureza das coisas existentes corporalmente na matéria. E, mediante a natureza das coisas visíveis, ascende a algum conhecimento das invisíveis (TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theol.* I, 84, 7).

Nesta afirmação resume-se a própria estrutura ontológica do homem. E, insistamos, mesmo as realidades mais espirituais só são alcançadas, por nós, através do sensível:

Ora [prosegue Tomás], tudo o que nesta vida conhecemos, é conhecido por comparação com as coisas sensíveis naturais (TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theol.* I, 84, 7).

Esse voltar-se para o concreto, para o sensível, marca profundamente não só a pedagogia, mas é mesmo uma chave de interpretação todo o pensamento de Tomás de Aquino.

Um outro exemplo. A autoridade de Agostinho havia estabelecido (como no *De Trinitate*, sobretudo no livro XV) a memória como a primeira realidade do espírito, da qual procedem o pensar e o querer: é portanto um reflexo de Deus Pai, do qual procedem o Verbo e o Espírito Santo.

O jovem Tomás do *Comentário às Sentenças* ainda fala de três potências espirituais: memória, inteligência e vontade. Mas na *Summa* e no *De Veritate* rompe com essa visão, situando a memória como uma faculdade sensível. Por exemplo, quando

na *Suma*, explica que a memória é parte da Prudência, afirma:

A prudência aplica o conhecimento universal aos casos particulares, dos quais se ocupam os sentidos. Daí que a prudência requer muito da ‘parte sensitiva, na qual se inclui a memória’ (TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theol.* I-II, 49, 1 ad 1).

Para além de todas as distinções (é evidente que há uma dimensão da memória que é intelectual - lembrar de um teorema - etc.) e tendo em conta que no homem tudo está integrado pela alma..., a memória é fundamentalmente sensorial.

O sensorial perpassa a pedagogia de Tomás, como quando, ao apontar as leis fundamentais da memória diz que para nos lembrarmos devemos estabelecer semelhanças (*similitudines*) adequadas para o que se quer recordar. Mas, afirma, não semelhanças usuais, pois guardamos melhor o invulgar. E, assim, prossegue o Aquinate, é necessário encontrar semelhanças, metáforas ou imagens, pois as realidades espirituais facilmente se esvaem se não estão ‘amarradas’ a alguma semelhança corpórea (*nisi quibusdam similitudinibus corporalis quasi alligentur*). E isto, conclui, porque o conhecimento humano é mais forte com relação ao sensível (TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theol.* II-II, 49, 1 ad 2).

A primazia da virtude da *prudencia*

É difícil subestimar a importância da virtude da Prudência, a principal das virtudes cardeais (prudência, justiça, fortaleza e temperança), no pensamento de Tomás: não é que ela seja a primeira *inter pares*, mas é principal em uma ordem superior, é a mãe das virtudes, *genitrix virtutum* (TOMÁS DE AQUINO, *In III Sent.*, d 33, q 2, a 5, c) e a guia das virtudes, *auriga virtutum* (TOMÁS DE AQUINO apud BUSA, *In IV Sent.*, d 17, q 2, a 2, dco).

Por mais destacada, porém, que seja a importância histórica do *Tratado da Prudência* de Tomás, seu interesse transcende o âmbito da história das ideias e instala-se - superadas as naturais barreiras de linguagem dos 750 anos que nos separam do Aquinate - no diálogo direto com o homem do nosso tempo, como rica contribuição para alguns de seus mais urgentes problemas existenciais.

Além do mais, a doutrina sobre a prudência tem o condão de expressar, de modo privilegiado, as diretrizes fundamentais de todo o filosofar de Tomás.

Para bem avaliar o significado e o alcance do *Tratado da Prudência* é necessário, antes de mais nada, atentar para o fato de que *prudencia* é uma

²Et ideo huiusmodi sunt adhibenda cum quadam mensura rationis: ut scilicet concupiscentia devitetur, et natura non extinguatur; secundum illud Ad Rom., XII, 1: “exhibeatis corpora vestra hostiam viventem; et postea subdit: rationabile obsequium vestrum. Si vero aliquis in tantum virtutem naturae debilitet per ieiunia et vigílias, et alia huiusmodi, quod non sufficiat debita opera exequi; puta praedicator praedicare, doctor docere, cantor cantare, et sic de aliis; absque dubio peccat; sicut etiam peccaret vir qui nimia abstinentia se impotentem redderet ad debitum uxori reddendum. unde Hieronymus dicit: “De rapina holocaustum offert qui vel ciborum nimia egestate vel somni penuria immoderate corpus affligit; et iterum rationalis hominis dignitatem amittit qui ieiunium caritati, vigílias sensus integritati praefert” (TOMÁS DE AQUINO, *Quodl.* 5, q. 9, a. 2, c).

daquelas tantas palavras fundamentais que sofreram desastrosas transformações semânticas com o passar do tempo: aquela palavra que originalmente designava uma qualidade positiva, esvazia-se de seu sentido inicial ou passa até a designar uma qualidade negativa.

‘Prudência’ já não designa hoje a grande virtude, mas sim a conhecida cautela (um tanto oportunista, ambígua e egoísta) ao tomar (ou ao não tomar...) decisões. Se hoje a palavra *prudência* tornou-se aquela egoísta cautela da indecisão ‘em cima do muro’; em Tomás, ao contrário, ela expressa exatamente o oposto da indecisão: é a arte de decidir-se corretamente, isto é, com base não em interesses oportunistas, não em sentimentos piegas, não em impulsos, não em temores, não em preconceitos etc., mas, unicamente, com base na ‘realidade’: em virtude do límpido conhecimento do ser. É este conhecimento do ser que é significado pela palavra *ratio* na definição de *prudencia: recta ratio agibiliūm*, ‘reta razão aplicada ao agir’, como repete, uma e outra vez, Tomás.

Prudência é ver a realidade e, com base nessa visão, tomar a decisão certa. Por isso, como repete Tomás, não há nenhuma virtude moral sem a prudência, e mais: “sem a prudência, as demais virtudes, quanto maiores fossem, mais dano causariam” (TOMÁS DE AQUINO, *III Sent.* d 33, q 2, a 5, sc 3). Com as alterações semânticas, porém, tornou-se intraduzível, para o homem de nosso tempo, uma sentença de Tomás como: “a *prudencia* é necessariamente corajosa e justa”³.

Sem esse referencial, fundamentados em quê tomamos nossas decisões? Quando não há a *simplicitas*, a simplicidade da prudência que se volta para a realidade como único ponto decisivo na decisão, ela acaba sendo tomada, como dizíamos, com base em diversos outros fatores: por preconceitos, por interesses interesseiros, por impulso egoísta, pela opinião coletiva, pelo ‘politicamente correto’, por inveja ou por qualquer outro vício...

Para o educador, é interessante notar que o *Tratado da Prudência* de Tomás é o reconhecimento de que a direção da vida é competência da pessoa e o caráter dramático da *prudencia* se manifesta claramente quando Tomás mostra que não há ‘receitas’ de bem agir, não há critérios comportamentais operacionalizáveis, porque - e esta é outra constante no Aquinate - a *prudencia* versa sobre ações contingentes, situadas no ‘aqui e agora’.

E é que a *prudencia* é virtude da inteligência, mas da inteligência do concreto: a *prudencia* não é a inteligência que versa sobre teoremas ou princípios abstratos e genéricos, não!; ela olha para o ‘tabuleiro de xadrez’ da situação ‘aqui e agora’, sobre a qual se dão nossas decisões concretas, e sabe discernir o ‘lance’ certo, moralmente bom. E o critério para esse discernimento do bem é: a realidade!

Saber discernir, no emaranhado de mil possibilidades que esta situação me apresenta (que devo dizer a este aluno?, compro ou não compro?, caso-me ou não?, devo responder a este *mail*? etc.), os bons meios concretos que me podem levar a um bom resultado, à plenitude da minha vida, minha realização enquanto homem. E para isto é necessário ver a realidade concretamente. De nada adiantam os bons princípios abstratos, sem a *prudencia* que os aplica - como diz Tomás - ao ‘outro polo’: o da realidade (que significa ‘amar o próximo’ nesta situação concreta?).

A condição humana é tal que - muitas vezes - não dispomos de regras operacionais concretas: sim, há um certo e um errado objetivos, um *to be or not to be* pendente de nossas decisões, mas não há regra operacional. Tal como para o bom lance no xadrez, há até critérios gerais objetivos... mas não operacionais concretos!

Nessa mesma linha, está a agudíssima página de Guimarães Rosa (1967, p. 366), todo um tratado de filosofia da educação moral nas palavras do jagunço Riobaldo:

Sempre sei, realmente. Só o que eu quis, todo o tempo, o que eu pejei para achar, era uma só coisa - a inteira - cujo significado e vislumbrado dela eu vejo que sempre tive. A que era: que existe uma receita, a norma dum caminho certo, estreito, de cada uma pessoa viver - e essa pauta cada um tem - mas a gente mesmo, no comum, não sabe encontrar; como é que sozinho, por si, alguém ia poder encontrar e saber? Mas, esse norteado, tem. Tem que ter. Se não, a vida de todos ficava sendo sempre o confuso dessa doideira que é. E que: para cada dia, e cada hora, só uma ação possível da gente é que consegue ser a certa. Aquilo está no encoberto: mas, fora dessa consequência, tudo o que eu fizer, o que o senhor fizer, o que o beltrano fizer, o que todo-o-mundo fizer, ou deixar de fazer, fica sendo falso, e é o errado. Ah, porque aquela outra é a lei, escondida e vivível mas não achável, do verdadeiro viver: que para cada pessoa, sua continuação, já foi projetada, como o que se põe, em teatro, para cada representador - sua parte, que antes já foi inventada, num papel [...].

³“Nec prudentia vera est quae iusta et fortis non est” (TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theol.* I-II, 65, 1).

Trata-se assim de uma ‘inteligência’ moral, a insubornável fidelidade ao real, que aprende da experiência e, portanto, requer a memória como virtude associada: a memória fiel ao ser.

Se ver a realidade é uma parte da prudência; a outra parte, ainda mais decisiva (literalmente) é transformar a realidade vista em decisão de ação, em comando: de nada adianta saber o que é bom, se não há a decisão de realizar este bem...

O nosso tempo, que se esqueceu até do verdadeiro significado da clássica *prudētia*, atenta contra ela de diversos modos: em sua dimensão cognoscitiva (a capacidade de ver o real, por exemplo, aumentando o ruído – exterior e interior – que nos impede de ‘ouvir’ a realidade) e em sua dimensão prescritiva, no ato de comandar: o medo de enfrentar o peso da decisão, que tende a paralisar os imprudentes (pois, insistamos, a prudência toma corajosamente a decisão boa!).

A grande tentação da imprudência (sempre no sentido clássico) é a de delegar a outras instâncias o peso da decisão que, para ser boa, depende só da visão da realidade. Há diversas formas dessa abdicação: do abuso de reuniões desnecessárias à delegação das decisões a terapeutas, comissões, analistas e gurus, passando por toda sorte de consultas esotéricas.

Uma das mais perigosas formas de renúncia a enfrentar a realidade (ou seja, a renúncia à *prudētia*) é trocar essa fina sensibilidade de discernir o que, naquela situação concreta, a realidade exige por critérios operacionais rígidos, como num ‘Manual de escoteiro moral’ ou, no campo do direito, num estreito legalismo à margem da justiça. É também o caso do radicalismo adotado por certas propostas religiosas. Tal como o *Ministério do Vício e da Virtude* do antigo regime Taliban, algumas comunidades cristãs – em vez de afirmar o direito (e o dever) do fiel de discernir o que é bom em cada situação pessoal concreta – simplificam grosseiramente: em caso de dúvida, é pecado e pronto!

O *Tratado da Prudência* de Tomás é o reconhecimento de que a direção da vida é competência da pessoa e o caráter dramático da prudência se manifesta claramente quando Tomás mostra que não há ‘receitas’ de bem agir, não há critérios comportamentais operacionalizáveis, porque – e esta é outra constante no *Tratado* – a prudência versa sobre ações contingentes, situadas no ‘aqui e agora’.

E é que a prudência é virtude da inteligência, mas da inteligência do concreto: a prudência não é a inteligência que versa sobre teoremas ou princípios abstratos e genéricos, não!; ela olha para o ‘tabuleiro

de xadrez’ da situação ‘aqui e agora’, sobre a qual se dão nossas decisões concretas, e sabe discernir o ‘lance’ certo, moralmente bom. E o critério para esse discernimento do bem é: a realidade! Saber discernir, no emaranhado de mil possibilidades que esta situação me apresenta (que devo dizer a este aluno?, compro ou não compro?, caso-me ou não?, devo responder a este *mail*? etc.), os bons meios concretos que me podem levar a um bom resultado, à plenitude da minha vida, minha realização enquanto homem. E para isto é necessário ver a realidade concretamente. De nada adiantam os bons princípios abstratos, sem a *prudētia* que os aplica – como diz Tomás – ao ‘outro polo’: o da realidade (que significa ‘amar o próximo’ nesta situação concreta?).

A condição humana é tal que – muitas vezes – não dispomos de regras operacionais concretas: sim, há um certo e um errado objetivos, um *to be or not to be* pendente de nossas decisões, mas não há regra operacional. Tal como para o bom lance no xadrez, há até critérios gerais objetivos... mas não operacionais concretos!

Por mais que nosso tempo insista em querer eliminar a verdade objetiva, no fundo sabemos que há certo e ‘errados’ objetivos e que a decisão do agir é um problema de *ratio*, de *recta ratio*... Quando, diante de uma ação, perguntamos ‘por quê?’, estamos perguntando é pela ‘razão’ (*reason, raison...*): ‘Por que razão você fez isto?’. E o mesmo ocorre quando, diante de uma ação, dizemos: ‘É, você tem razão...’, ‘está coberto de razão’, etc. E para uma ação que é um grave mal moral, dizemos: ‘Que absurdo!!’ (falta *razão*).

Isto não quer dizer que a pessoa tenha sempre uma justificativa racional pronta, consciente para cada ato. A prudência decide bem, mas com a espontaneidade da virtude. Aliás, segundo Tomás, a função da virtude (como a de todo hábito em geral) é precisamente a de permitir realizar o ato com facilidade, ‘espontaneamente’, com um certo ‘automatismo’ que não tira a liberdade, antes pelo contrário... (quem objetaria a espontaneidade adquirida – após árduos esforços – dos hábitos para extrair acordes do piano, falar uma língua estrangeira ou andar de bicicleta?).

Trata-se, portanto, de uma ‘inteligência’ moral, da insubornável fidelidade ao real, que aprende da experiência e, portanto, como víamos, requer a memória como virtude associada: a memória fiel ao ser. No artigo dedicado à virtude da *memoria*, Tomás observa que não pode o homem reger-se por

verdades necessárias, mas somente pelo que acontece *in pluribus* (geralmente).

Note-se que esta é também a razão da insegurança em tantas decisões humanas: a *prudencia* traz consigo aquele enfrentamento do peso da incerteza, que tende a paralisar os imprudentes.

É dessa dramática imprudência da indecisão, que falam alguns clássicos da literatura: do *to be or not to be...* de *Hamlet* aos dilemas kafkianos (o remorso impõe-se a qualquer decisão), passando pelo *Grande Inquisidor* de Dostoiévski, que descreve “[...] o homem esmagado sob essa carga terrível: a liberdade de escolher [...]” (DOSTOIÉVSKI, [19--], p. 226) e apresenta a massa que abdicou da prudência e se deixa escravizar, preferindo “[...] até mesmo a morte à liberdade de discernir entre o bem e o mal” (DOSTOIÉVSKI, [19--], p. 225). E, assim, os subjugados declaram de bom grado: “Reduzi-nos à servidão, contanto que nos alimenteis” (DOSTOIÉVSKI, [19--], p. 224).

É interessante observar que, desde a tenra infância, o drama da decisão, nos era proposto sob diversas formas. Éramos advertidos de que a vida – *fortuna velut luna...* – era uma ciranda na qual ‘vamos todos cirandar’, e que junto com juras de amor eterno vinham anéis de vidro:

[...] o anel que tu me deste
era vidro e se quebrou
o amor que tu me tinhas
era pouco e se acabou.

E a inveja e a eterna insatisfação humana eram ludicamente desmascaradas: a galinha do vizinho é que bota ovo amarelinho (e ainda por cima: bota um, dois, ..., dez!).

E aprendíamos que a prudência só vem com a experiência: “enganei um bobo, na casca do ovo...”.

E mais: na ingenuidade da infância, assumíamos nossa incapacidade de realizar as escolhas fundamentais (como a de ter que decidir quem é que ia se encarregar da triste missão de jogar no gol...) e as confiávamos claramente à cega sorte (“lá em cima do piano tem um copo de veneno...” ou “minha mãe mandou escolher este daqui...”, ou ainda o “bem-me-quer”, “uni, duni, tê” etc.).

Hoje, adultos, não adotamos mais esse critério (que, pelo menos, tinha a vantagem de sinceramente reconhecer a incapacidade de decidir). Nós pretendemos não necessitar de uma virtude (toda a profunda antropologia das virtudes cardeais nem sequer está mais em nosso campo de visão...), pois presumimos dispor de recursos técnicos ou científicos que permitam tornar dispensável o âmbito moral, a

virtude cardeal da prudência. Mas, não por acaso, ‘cardeal’ vem da palavra latina *cardus*, gonzo, eixo em torno do qual se abre a porta (a porta da realização humana, do *to be*). Abdicar da *Prudentia*, a cardeal das cardeais, significa perder o eixo, o gonzo, tornar-se desengonçado existencialmente! Abdicar da prudência é abdicar da realidade e confiarmos a um *Ersatz* – como ao Grande Inquisidor – as decisões fundamentais da existência...

A *Prudentia* no pensamento ‘negativo’ de Tomás

Neste tópico procuraremos mostrar como a doutrina da prudência tem um caráter revelador de todo o posicionamento filosófico-teológico de Tomás.

Esse posicionamento é o de uma *theologia negativa* e de uma *philosophia negativa*. Precisamente pela ignorância desse decisivo caráter ‘negativo’ no pensamento de Tomás é que ele tem sido frequentemente mal compreendido, até pelos tomistas. Aliás, o filosofar de Tomás é tal que é incompatível com um ‘tomismo’⁴, com um ‘sistema’ filosófico ou com um racionalismo (e tantas vezes Tomás tem sido injustiçado com o rótulo de racionalista).

Examinemos três instâncias desse caráter negativo no pensamento de Tomás.

No que diz respeito ao conhecimento, Tomás assume uma *philosophia negativa*. Para a descrição desse posicionamento, recorreremos à incomparável análise de Josef Pieper (2000, p. 29-30):

Limitamo-nos a falar apenas da *philosophia negativa* – embora Tomás tenha formulado também os princípios de uma *theologia negativa*. Certamente este traço também não aparece com clareza nas interpretações usuais; freqüentemente é até ocultado. Será raro encontrar menção do fato de a discussão sobre Deus da *Summa Theologica*⁵ começar com a sentença: ‘Não podemos saber o que Deus é, mas sim, o que Ele não é’. Não pude encontrar um só compêndio de filosofia tomista, no qual se tenha dado espaço àquele pensamento, expresso por Tomás em seu *Comentário ao De Trinitate* de Boécio (I, 2 ad 1): o de que há três graus do conhecimento humano de Deus. Deles, o mais fraco é o que reconhece Deus na obra da criação; o segundo é o que O reconhece refletido nos seres espirituais e o estágio superior reconhece-O como o

⁴Josef Pieper (1981, p. 27), talvez o melhor intérprete de Tomás em nosso tempo, afirma: “Não pode haver um ‘tomismo’ porque a grandiosa afirmação que representa a obra de S. Tomás é grande demais para isso [...]. S. Tomás nega-se a escolher algo; empreende o imponente projeto de ‘escolher’ tudo [...]. A grandeza e a atualidade de Tomás consistem precisamente em que não se lhe pode aplicar um ‘ismo’, isto é, não pode haver propriamente um ‘tomismo’ (‘propriamente’, isto é: não pode haver enquanto se entenda por ‘tomismo’ uma especial direção doutrinária caracterizada por asserções e determinações polêmicas, um sistema escolar transmissível de princípios doutrinários)”.

⁵Quia de Deo scire non possumus quid sit sed quid non sit, non possumus considerare de Deo quomodo sit, sed potius quomodo non sit - *Summa Theologica* I, 3 prologus.

Desconhecido: *tamquam ignotum!* E tampouco encontra-se aquela sentença das *Quaestiones disputatae*: 'Este é o máximo grau de conhecimento humano de Deus: saber que não O conhecemos', *quod (homo) sciat se Deum nescire* (*Quaest. Disp. de potentia Dei*, 7, 5 ad 14). E, quanto ao elemento negativo da *philosophia* de Tomás, encontramos aquela sentença sobre o filósofo, cuja dedicação ao conhecimento não é capaz sequer de esgotar a essência de uma única mosca. Sentença que, embora esteja escrita em tom quase coloquial, num comentário ao *Symbolum Apostolicum* (Cap. I.), guarda uma relação muito íntima com diversas outras afirmações semelhantes. Algumas delas são espantosamente 'negativas' como, por exemplo a seguinte: *Rerum essentialia sunt nobis ignotae*; 'as essências das coisas nos são desconhecidas' (*Quaest. Disp. de veritate* 10, 1.). E esta formulação não é, de modo algum, tão incomum e extraordinária, quanto poderia parecer à primeira vista. Seria facilmente possível equipará-la (a partir da *Summa Theologica*, da *Summa contra Gentes*, dos *Comentários a Aristóteles*, das *Quaestiones disputatae*) a uma dúzia de frases semelhantes: *Principia essentialia rerum sunt nobis ignota* (*In De Anima* 1, 1, 15.); *formae substantiales per se ipsas sunt ignotae* (*Quaest. disp. de spiritualibus criaturis*, 11 ad 3.); *differentiae essentialia sunt nobis ignotae* (*Quaest. Disp. de veritate* 4, I ad 8.). Todas elas afirmam que os 'princípios da essência', as 'formas substanciais', as 'diferenças essenciais' das coisas, não são conhecidas.

Considerações finais

Esse caráter 'negativo' informa também seu modo de fazer teologia, teologia essencialmente bíblica. Contra as *rationes necessariae* de um Anselmo, contra a pretensão de deduzir logicamente as verdades da fé, Tomás afirma o mistério para o homem, contraponto da liberdade de Deus: "Não há nenhum argumento de razão, naquelas coisas que são de fé" (TOMÁS DE AQUINO, *III Sent.* d 1, q 1, a 2, c).

E na questão: "Se Deus teria se encarnado se não tivesse havido o pecado do homem", Tomás recolhe como objeções os argumentos tradicionais na Escolástica: "Sim, a Encarnação necessariamente ocorreria, pois a perfeição pressupõe a união do primeiro - Deus - com o último, o homem"; ou: "Seria absurdo supor que o pecado tivesse trazido para o homem a vantagem da Encarnação e que, portanto, necessariamente, teria havido Encarnação, mesmo sem o pecado [...]" Tomás, em sua resposta, refuta categoricamente essas objeções, afirmando: "A verdade sobre esta questão só pode conhecê-la Aquele que nasceu e se entregou 'porque quis'" (TOMÁS DE AQUINO, *III Sent.* d 1, q 1, a 3, c)⁶.

Nesse quadro 'negativo', pode-se compreender melhor o significado da *prudentia* em Tomás: porque não conhecemos completamente as coisas, não podemos ter a certeza matemática nem critérios operacionais para discernir o bem; para a boa decisão moral, precisamos das (frágeis e incertas) luzes da *prudentia*: ter a memória do passado, examinar as circunstâncias (e as circunstâncias como fonte de moralidade detonam qualquer tentativa de espartilhar a conduta em 'manuais de escoteiro' morais), recorrer ao conselho (não por acaso, com a supressão da *prudentia* na pregação da Igreja contemporânea, 'conselho' deixou de significar aconselhar-se a si mesmo e passou só a significar conselho dado por outro), etc.

E é que também no que se refere à *prudentia*, estão, como pano de fundo, os dois elementos-chave de Tomás: mistério e liberdade. Afirmar a *prudentia* é afirmar que cada pessoa é a protagonista de sua vida, só ela é responsável, em suas decisões livres, por encontrar os meios de atingir seu fim: a sua realização. Esses meios não são determináveis *a priori*; pertencem, pelo contrário, ao âmbito do contingente, do particular, do incerto do futuro e, necessariamente, a *prudentia* se faz acompanhar da insegurança, da necessária insegurança que acompanha toda vida autenticamente humana. Afinal, para Tomás, o que o conceito de pessoa acrescenta à essência humana é precisamente a individualidade concreta:

[...] alma, carne e osso, são configuradores do homem (*sunt de ratione hominis*); mas esta alma, esta carne e estes ossos são configuradores deste homem (*sunt de ratione huius hominis*) e assim 'pessoa' acrescenta à configuração da essência os princípios individuais (TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theol.* I, 29, 2 ad 3).

Qualquer atentado contra a *prudentia* tem como pressuposto a despersonalização, a falta de confiança na pessoa, considerada sempre 'menor de idade' e incapaz de decidir e, portanto, devendo transferir a direção de sua vida para outra instância: a igreja, o estado etc. Em qualquer caso, isso é sempre muito perigoso. Como é perigoso que a educação não se lembre dessa virtude...

Referências

- BUSA, R. **Thomae Aquinatis Opera Omnia cum hypertextibus**. Milano: Editoria Elettronica Editel, 1992. 1 CD-ROM.
- DOSTOIÉVSKI, F. **Os Irmãos Karamázovi**. São Paulo: Ed. Ouro, [19--].
- GUIMARÃES ROSA. **Grande sertão**: veredas. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- PIEPER, J. **Scholastik**. München: DTV. 1978.

⁶Este exemplo está em Pieper (1978). O capítulo XI é indispensável para este tema.

PIEPER, J. **Thomas von Aquin**: Leben und Werk. München: DTV. 1981.

PIEPER, J. Luz inabarcável. O elemento negativo na filosofia de Tomás de Aquino. **Revista Conventit**. n. 1, art. 3, 2000, p. 21-32. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/conventit/jp1.htm>>. Acesso em: 17 fev, 2012.

Received on February 6, 2012.

Accepted on Março 12, 2012

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.